



**CONTRATO Nº ...../2022**

**PAD Nº. 10040/2022**

**ANEXO VIII  
MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE  
ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL  
ELEITORAL DO PARANÁ E A EMPRESA  
.....**

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666 de 21.06.93, suas alterações e demais legislações pertinentes, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, pelo Pregão Eletrônico nº. ..../2022, PAD 10040/2022, e a proposta vencedora, de um lado o:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, inscrito no **CNPJ** sob nº. **03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa:

....., inscrita no **CNPJ** sob nº.  
....., com sede ....., nº ....., Cidade/PR, .....,  
CEP:....., telefone:.....; e-mail:.....; neste ato representada por  
....., CPF nº \*\*\*-\*\*-\*\* ....., doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si  
ajustado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1** - Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores de passageiros e plataforma elevatória, incluindo a reposição de toda e qualquer peça, materiais e acessórios já instalados, caso haja necessidade, de acordo com as características e especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I e demais anexos.

**1.2** - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no edital de Licitação, no Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

**1.3** - De acordo com o art. 55 da Lei nº 8.666/93, a prestação dos serviços, objeto deste contrato, será realizada por regime de Empreitada por preço global.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: DA PRESTAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

**2.1** – Os serviços deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no item 2 do Termo de Referência – Anexo I, que será parte integrante deste Contrato.

**2.2** – A entrega e recebimento dos serviços ocorrerão conforme o item 3 do Termo de Referência – Anexo I.

**2.3** - Local da prestação dos serviços:

**2.3.1** - Itens 1, 2, 3 e 4: Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, situado na Rua João Parolin, 224, Curitiba/PR.

**2.3.2** - Item 5: Fórum Eleitoral de Curitiba, situado na Rua João Parolin, 55, Curitiba/PR.

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, DO CONTRATANTE E DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**3.1** – As obrigações e responsabilidades da CONTRATADA estão descritas no item 4 do Termo de Referência – Anexo I.

**3.2** – A CONTRATADA obrigar-se-á a manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

**3.3** – Em relação à proteção de dados, a CONTRATADA deverá observar o disposto do item 6 do Termo de Referência – Anexo I.

## **CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA**

**4.1** – O presente contrato vigorará **por 30 (trinta) meses, a partir da data de assinatura**, podendo ser prorrogado, até o limite de 60 (sessenta) meses, observado o interesse público, de acordo com o artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, ou rescindido antecipadamente a critério do CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA QUINTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

**5.1** – Os recursos serão destinados à contratação conforme abaixo:

Programa de Trabalho Resumido: .....;  
Nota de Empenho: ....., emitida em .... / .... / .....;  
Elemento de despesa: .....;  
Categoria Econômica: custeio;  
SIASG: 3557.

## CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO

**6.1** – O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total estimativo de **R\$ .....** (.....) nos termos da **Proposta Detalhada – Anexo II**, considerando:

Descrição	A = Quantidade	B = Valor mensal por elevador (R\$)	C = (A x B x 30) Valor total para o período da contratação (R\$)
Manutenção elevador de passageiros marca OTIS- modelo S-LVF-1010-9C-M	1 (um) elevador		
Manutenção de elevador de passageiros marca RAYS - modelo EP-600	1 (um) elevador		
Manutenção de elevador de passageiros marca KONE - modelo PT08/07-02	1 (um) elevador		
Plataforma elevatória para cadeirantes da marca PORTAC	1 (uma) plataforma		
Manutenção de elevador de passageiros marca ATLAS SCHINDLER - modelo Neo lift	2 (dois) elevadores		
<b>P = VALOR TOTAL DA PROPOSTA (a ser inserido no Comprasnet)</b>			

**6.1.2** - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de tributos e contribuições sociais, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

**6.1.3** – O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado – IMR, (Anexo III), o qual define e padroniza a avaliação de desempenho e qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA na execução do contrato de prestação de serviços, de modo a identificar o percentual de aceitação dos serviços, que deverá ser aplicado ao preço mensal do contrato.

**6.1.4** - Ocorrerá a glosa no pagamento devido à CONTRATADA, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, conforme o Instrumento de Medição de Resultado anexo, assim como na hipótese de ocorrência de faltas sem reposição, conforme abaixo:

GRAU	PERCENTUAL	INCIDÊNCIA
1	1%	Valor da Nota Fiscal (mensal)
2	2%	Valor da Nota Fiscal (mensal)
3	3%	Valor da Nota Fiscal (mensal)

## **6.2 - Do documento fiscal:**

**6.2.1** - O documento fiscal deverá ser inserido em sistema informatizado indicado pelo fiscal/gestor do contrato da Sede do TRE/PR localizada na Rua João Parolin, 224 – Prado Velho – Curitiba – Paraná, direcionado à SMICRE. No caso de nota fiscal eletrônica, esta poderá também ser encaminhada para o e-mail [smicre@tre-pr.jus.br](mailto:smicre@tre-pr.jus.br), caso não seja possível lançar no sistema.

**6.2.2** - O CNPJ da empresa habilitada na contratação deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

**6.2.3** - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a) CNPJ da Contratada;
- b) Data de emissão da nota fiscal;
- c) CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d) Número do contrato e,
- e) Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

**6.3** - Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte a prestação dos serviços.

**6.4** - O pagamento será efetuado mensalmente mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

**6.4.1** - Prazo para atestado da Nota Fiscal: até 05 (cinco) dias úteis a partir do aceite da nota fiscal pelos gestores deste TRE/PR.

**6.4.2** - Prazo para pagamento da Nota Fiscal: até 20 (vinte) dias corridos após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor ou até 5(cinco) dias úteis, se o valor da fatura for até 17.600,00, conforme artigo 5º § 3º da Lei nº 8.666/93.

**6.4.3** - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será interrompido e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

**6.4.4** - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste Contrato e/ou anexo(s).

**6.4.5 - Da correção monetária:** na eventual ocorrência de atraso de pagamento e, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, os encargos moratórios são devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal da contratada, que será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$  (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

## **6.5 - Da regularidade fiscal:**

**6.5.1** - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

**6.5.1.1** - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

**6.5.1.1.1** - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

**6.5.2** - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

**6.5.2.1** - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

## **CLÁUSULA SÉTIMA: DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

**7.1** – A fiscalização e a gestão serão realizadas por servidores devidamente designados pela Administração, em consonância com o artigo 67, parágrafos 1.º e 2.º: da Lei nº 8.666/93.

**7.2** - O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

**7.2.1** - A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

**7.3** – As responsabilidades dos gestores/fiscais estão descritas no item 5 do Termo de Referência – Anexo I.

## **CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTAMENTO**

**8.1** - Os valores serão reajustados a cada 12 (doze) meses, segundo a variação do IPCA (Índice de preços do Consumidor Amplo), editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, ou, na falta deste, com base na variação de outro índice oficial do governo.

**8.1.1** - A concessão do reajuste dar-se-á retroativamente à data do termo final do interregno de 12 (doze) meses, contados da data da proposta da licitação, após devidamente analisado pelo CONTRATANTE.

**8.4** - Caberá ao Gestor enviar o PAD contratual, anualmente, para a concessão de reajuste, observando as condições estabelecidas na Cláusula pertinente, submetendo à apreciação da seção competente, para análise e aplicação do índice indicado no contrato que, posteriormente, será apostilado pela Seção de Contratos.

## **CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1** - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV, art. 87 da Lei 8666/93 e art. 7º, da Lei 10.520/2002.

**9.1.1** - A aplicação de índices aos indicativos de qualidade se caracteriza como instrumento de gestão contratual (não se configurando sanção). Dessa forma, nada obsta à Administração aplicar as penalidades previstas em contrato pela qualidade insuficiente de qualquer dos indicativos.

**9.1.2** - São condutas que podem ensejar o descumprimento deste contrato, graduadas em LEVE, MÉDIA, GRAVE E GRAVÍSSIMA, de acordo com a gravidade e os prejuízos causados à Administração, em consonância com os preceitos da lei, exemplificativamente, para fins de aplicação de penalidades:

a) considera-se LEVE: não executar limpeza diária ao final de cada serviço; não sinalização do local enquanto executam os serviços; não emitir a nota fiscal dentro do prazo; encaminhar nota fiscal com falta de documento;

b) a irregularidade perante às certidões obrigatórias: FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, será, inicialmente, considerada infração de natureza LEVE, podendo, entretanto, ser agravada, caso acarrete prejuízos à Administração;

c) quando o percentual de glosas no mês for superior a 10% (dez por cento), caracterizar-se-á conduta de natureza MÉDIA, impondo-se inexecução parcial e abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades. Neste caso, o gestor procederá à glosa do percentual máximo (10% - dez por cento), além de iniciar o PAD pertinente ao processo administrativo, que determinará a sanção cabível; documento comprobatório do descarte; relação de EPs a serem utilizados; não apresentação ou apresentação do Laudo de Funcionalidade com atraso superior a 05 (cinco) dias;

d) considera-se GRAVE: Descumprimento a LGPD, atraso injustificado maior que o aceitável no IMR na entrega o objeto; não entrega do ART;

e) considera-se GRAVÍSSIMA a não entrega do objeto, prejuízos causados ao contratante ou a terceiros, na execução dos serviços ou qualquer atitude que importe na inexecução total do contrato, tais como o não fornecimento da mão de obra , peças ou de ferramentas, que impossibilite sanar demandas do Contratante, o não cumprimento dos prazos de manutenção preventiva e corretiva ou atendimento de emergência, bem como a cessação da prestação dos serviços, que impliquem rescisão unilateral da contratação;

f) a reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a Contratada à penalidade de natureza imediatamente superior e, em se tratando de reincidência de conduta GRAVE, poderá implicar rescisão unilateral do contrato.

**9.2 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV da Lei nº 8.666/93.**

**9.2.1 - Com fundamento no acima disposto, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções:**

**a) ADVERTÊNCIA:** Para faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante;

**b) MULTAS:** Que serão aplicadas independentemente entre si quando decorrentes de fatos diversos:

**b1)** Multa de mora de 1,0% (um por cento) ao dia pelo atraso na execução dos serviços de manutenção preventiva a partir do dia 23 de cada mês, incidente sobre o valor mensal do contrato, limitada a 10 (dez) dias. Após esse prazo, será considerada infração GRAVE de inadimplemento parcial, conforme previsto alínea b.5.

**b2)** Multa de mora de 2,5% (dois e meio por cento) por hora pelo atraso na conclusão do atendimento a situações de emergência, incidente sobre o valor mensal do contrato, limitada a 04 (quatro) horas. Após esse prazo, será considerada infração GRAVE de inadimplemento parcial, conforme previsto alínea b.5.

**b3)** Multa de 8% (oito por cento) sobre o valor total do contrato pela prestação dos serviços em desacordo com o solicitado ou pela recusa em refazê-los quando constatado que não atendem às características exigidas, configurando infração de natureza MÉDIA.

**b4)** Multa de 8% (oito por cento) sobre o valor total do contrato pelo descumprimento às obrigações das normas de sustentabilidade estipuladas no presente instrumento, ou no caso de cometimento de infrações de natureza MÉDIA.

**b.5)** Multa de 10% (dez por cento), sobre o valor total do contrato pela não observância da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) ou no caso de cometimento de outras infrações de natureza GRAVE.

**b.6)** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de cessação da prestação dos serviços, ou em razão de inadimplemento total, bem como no cometimento de infrações de natureza GRAVÍSSIMA.

**9.3 - Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como o descredenciamento do Sicaf, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº**

10.520/02, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação e prejuízos ocasionados quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

**9.4** - As multas imputadas à CONTRATADA cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda<sup>1</sup> e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

**9.5** - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficaz as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF

**9.6** – A Contratada autoriza desde já ao desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

## **CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**10.1** - Ficarão o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados no art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93.

**10.1.1** - Poderá ser também causa de rescisão contratual a alocação de funcionários pela contratada para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o Artigo 3º, resolução n.º 09 de 06/12/05 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS CASOS OMISSOS**

**11.1** – Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO**

**12.1** - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR. para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

**12.2** - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente termo, em formato digital<sup>2</sup>, para um só efeito legal.

Curitiba, ..... de ..... de 2022.

---

<sup>1</sup> Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.

<sup>2</sup> Excepcionalmente poderá ser aceita assinatura em outro formato.



.....  
Representante Legal  
P/ CONTRATADA

**Dr. Valcir Mombach**  
Diretor-Geral – TRE/PR  
P/ CONTRATANTE

**ANEXAR AO CONTRATO:** - Termo de Referência (Anexo I)  
- Proposta detalhada (Anexo VII)  
- Tabela IMR (Anexo III)  
- Termo de Nomeação de Preposto (Anexo V)  
- Termo de Sigilo e Responsabilidade (Anexo VI)